



CONTRATO Nº/2020

CONTRATO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, A SEREM REALIZADAS NOS COMPONENTES DA SUBESTAÇÃO, GRUPO GERADOR STEMAC E USCA INSTALADOS NA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RORAIMA, CELEBRADO ENTRE A UNIÃO, POR ATO DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL 1ª REGIÃO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO ESTADO DE RORAIMA E A EMPRESA

Aosdias do mês de do ano de dois mil e vinte, de um lado, a União, por ato da Justiça Federal de 1ª Instância, **Seção Judiciária de Roraima**, com registro no CNPJ/MF nº 05.438.430/0001-03 e sede na Av. Getúlio Vargas, 3999 , Bairro Canarinho, Boa Vista RR, neste ato representada pelo Diretor Administrativo, **Nilton Dall’Agnol**, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria/DIREF 233, de 30.09.2010, assinado pelo Diretor do Foro da Seção Judiciária de Roraima, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa....., inscrita no CNPJ sob nº, com sede na, neste ato representada por seu sócio-administrador, **Sr.**, CPF nº, doravante denominado **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **CONTRATO PARA A EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTINUADOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, COM FORNECIMENTO DE INSUMOS, A SEREM REALIZADAS NOS COMPONENTES DA SUBESTAÇÃO, GRUPO GERADOR STEMAC E USCA**, observando o disposto nos autos do Processo Administrativo nº 0000852-75.2020.4.01.8013, e em observância ao que preceitua a Lei nº 8.666/93, que reger-se-á pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Execução de serviços de manutenção corretiva e preventiva, com fornecimento de insumos, a serem realizados nos componentes da Subestação, Grupo Gerador Stemac e USCA instalados na Seção Judiciária de Roraima.



CLÁUSULA SEGUNDA – DA FINALIDADE

Garantir que os usuários da Seção Judiciária de Roraima obtenham a prestação jurisdicional de forma contínua, ou seja, evitando que esta não fique prejudicada em decorrência da falta de fornecimento de energia elétrica.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A empresa a ser contratada ficará obrigada a:

- a) Realizar os serviços de manutenção e as trocas das peças aqui descritas, no **prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos**, contados a partir do recebimento da Ordem de Serviço, a ser emitida pela Administração;
- b) Atender, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, os chamados da CONTRATANTE, que se dará por meio de correspondência eletrônica ou documento formal, e efetuar as medidas saneadoras, no prazo máximo de 05(cinco) dias, contados da data do chamado;
- c) Observar e cumprir as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, INMETRO, Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, bem como as Instruções e Resoluções dos Órgãos do Sistema CREA-CONFEA, relativas aos serviços a serem executados.
- d) Ser responsável, em relação aos seus empregados, por todas as despesas decorrentes da execução dos serviços.
- e) Ser responsável pelos danos causados diretamente à SJRR ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo quando na execução dos serviços, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou o acompanhamento pela SJRR.
- f) Ser responsável, ainda por danos causados diretamente a qualquer bem de propriedade da SJRR em que se constatarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução dos serviços ou dos materiais empregados.
- g) Assumir a responsabilidade por todos os encargos previdenciários e obrigações sociais previstos na legislação social e trabalhista em vigor, obrigando-se a saldá-los na época própria, vez que seus empregados não manterão nenhum vínculo empregatício com a SJRR.
- h) Assumir, também, a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com ele, ainda que acontecidos nas dependências da SJRR.
- i) Assumir, ainda, a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da execução dos serviços.



- j) Empregar na execução dos serviços, profissionais de comprovada competência, devidamente uniformizados e identificados por crachá, os quais estarão sujeitos às normas disciplinares e de segurança da SJRR.
- k) Cumprir e fazer cumprir todas as normas sobre medicina e segurança do trabalho e diligenciar para que seus empregados e os seus possíveis subcontratados trabalhem com Equipamentos de Proteção Individual (EPI).
- l) Empregar somente os materiais descritos nos projetos e, na ausência de detalhamento, utilizar materiais de primeira qualidade, de acordo com as especificações técnicas vigentes e responsabilizar-se pela quantidade dos mesmos, assumindo as despesas referentes ao transporte, carga, descarga e movimentação de materiais, suas respectivas perdas e estocagem, assim como o processo de sua utilização.
- m) Todos os serviços contratados serão de total e exclusiva responsabilidade da Contratada e de seus engenheiros/arquitetos responsáveis ou encarregados técnicos.
- n) Comunicar imediatamente à SJRR, por escrito, qualquer anormalidade durante a execução dos serviços, prestando os esclarecimentos que se fizerem necessários.
- o) Permitir o livre acesso da fiscalização da SJRR, ao local dos serviços, bem como facilitar os seus trabalhos, acatando ordens, sugestões e determinações.
- p) A execução do objeto licitado deverá seguir estritamente as diretrizes do termo de referência. As modificações/adaptações que se mostrarem necessárias e imprescindíveis à conclusão dos serviços deverão ser comunicadas à SJRR, e por ela autorizadas.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Por este instrumento, a CONTRATANTE obriga-se a:

- a) proporcionar todas as facilidades necessárias para que a CONTRATADA possa cumprir as condições estabelecidas neste Contrato;
- b) permitir aos técnicos e/ou engenheiros credenciados da CONTRATADA, visitas técnicas, dando acesso total ao local para a execução dos serviços e aos documentos que forem necessários para a execução dos serviços tais como plantas, croquis, etc;
- c) prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelos empregados credenciados da CONTRATADA;
- d) emitir relatórios sobre os atos relativos à execução dos serviços, em especial, quanto ao acompanhamento e fiscalização da prestação dos serviços, à exigência de condições estabelecidas nas especificações e à aplicação das sanções;

- e) relacionar as dependências das instalações físicas e bens de sua propriedade colocados à disposição da CONTRATADA durante a execução dos serviços, com a indicação do estado de conservação, se for o caso;
- f) comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades verificadas na execução dos serviços;
- g) acompanhar e fiscalizar, rigorosamente, o cumprimento do objeto desta Contratação;
- h) efetuar o pagamento nas condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

- a) A CONTRATADA deverá apresentar à Administração do CONTRATANTE, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura deste Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente ao percentual de 5% (cinco por cento) do valor do contrato, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro-garantia ou fiança bancária.
- b) A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:
 - I. prejuízo advindo do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
 - II. prejuízos causados à administração ou a terceiro, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
 - III. as multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
 - IV. obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza, não honradas pela CONTRATADA.
- c) O prazo da garantia deverá abranger o período de execução do contrato e se estender por 3 (meses) após o término da vigência do contrato.
- d) A garantia, independente da modalidade escolhida, deverá assegurar:
 - I. multas moratórias e/ou compensatórias aplicadas pela Administração à CONTRATADA;
 - II. prejuízos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo da CONTRATADA na execução do contrato;
 - III. renúncia expressa aos benefícios do art. 827 do Código Civil Brasileiro, na hipótese de apresentação de garantia na modalidade de fiança bancária. (Lei nº 10.406/2002).
- e) No caso de apresentação de garantia na modalidade caução em dinheiro, a CONTRATADA deverá efetuar o depósito na Caixa Econômica Federal, Agência 3991 – PAB – Justiça Federal, em conta específica e com correção monetária, em favor da CONTRATANTE;
- f) Em casos de prorrogação ou alteração, reajustes/repactuações do contrato a garantia deverá ser renovada/endossada ou complementada, na mesma

modalidade da anterior, no prazo de 10 (dez) úteis, contados da assinatura do termo aditivo ou da notificação nos casos em que ocorrer apostilamento ao contrato;

- g) O garantidor não é parte interessada para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA;
- h) No caso de penalidade imposta pelo CONTRATANTE, basta a apresentação da decisão final exarada no processo administrativo para que o correspondente valor seja recolhido ao erário, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, na forma fixada pela CONTRATANTE, independentemente de anuência, autorização ou manifestação da CONTRATADA;
- i) Sancionado a CONTRATADA, caso este não realize o pagamento no prazo fixado, correspondente valor será exigido do garantidor mediante simples comunicação escrita;
- j) Se o valor da garantia ou parte desta for utilizado para pagamento dos eventos indicados no item 04, obriga-se a CONTRATADA a efetuar a respectiva reposição ou complementação, no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data da notificação feita pela CONTRATANTE;
- k) Caso a CONTRATADA não cumpra os prazos estipulados nos parágrafos anteriores para prestação, renovação ou complementação da garantia, a CONTRATANTE poderá reter cautelarmente o valor da garantia dos pagamentos devidos, até a apresentação da garantia, sendo todo o ônus decorrente de responsabilidade da CONTRATADA, sem prejuízo da aplicação das penalidades contratuais cabíveis;
- l) Expirada a vigência do contrato e não havendo pendências quanto a sua execução, a CONTRATADA deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados da notificação feita pela CONTRATANTE, solicitar a devolução da garantia prestada quando da assinatura do contrato
- m) Não havendo manifestação da CONTRATADA, no prazo previsto no parágrafo anterior, o gestor comunicará o fato à Seção de Programação Orçamentária e Financeira - SEPOF, devendo as providências seguintes ser deliberadas pela CONTRATANTE;
- n) A CONTRATANTE não executará a garantia na ocorrência de caso fortuito ou força maior; alteração, sem prévia anuência da seguradora ou do fiador, das obrigações contratuais; descumprimento das obrigações pela CONTRATADA decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração ou atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração;
- o) Cabe à CONTRATANTE apurar a isenção da responsabilidade referente ao descumprimento das obrigações decorrentes de atos ou fatos praticados pela Administração ou atos ilícitos dolosos praticados por servidores da Administração;



- p) Não serão admitidas outras hipóteses de isenção de responsabilidade da garantia além das previstas nesta cláusula

CLÁUSULA SEXTA - DO ACOMPANHAMENTO E DA FISCALIZAÇÃO

Durante o período de vigência do Contrato, a execução dos serviços será acompanhada e fiscalizada “in loco” por fiscal designado pela SJRR.

Parágrafo Único - Não obstante ser a CONTRATADA a única e exclusiva responsável pela execução dos serviços, a CONTRATANTE reserva-se o direito de, sem que de qualquer forma restrinja essa responsabilidade, exercer, por intermédio de sua Fiscalização, a mais ampla e completa fiscalização sobre os serviços, podendo para isso:

- a). exigir exata correspondência dos trabalhos com os projetos, detalhes e as especificações;
- b). observar a execução dos serviços no prazo fixado neste instrumento;
- c). exigir o emprego de materiais de primeira qualidade que atendam às exigências contidas nas normas técnicas da ABNT, das concessionárias de serviço público, IPT, INMETRO e dos fabricantes;
- d). exercer a fiscalização no interesse da CONTRATANTE, o que não exclui ou reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros;
- e). solicitar e analisar, previamente, o plano de trabalho preparado pela CONTRATADA, o qual deve conter todos os processos e métodos de execução e seus serviços
- f). ordenar a imediata retirada do local, bem como a substituição, de empregado da CONTRATADA que embarace ou dificulte a fiscalização da CONTRATANTE ou cuja permanência na área, a seu exclusivo critério, considere inconveniente;
- g). comunicar à autoridade competente, em tempo hábil e por escrito, as falhas cometidas pela CONTRATADA que impliquem em atraso ou descumprimento contratual, bem como a necessidade de acréscimo ou supressão de serviços, prorrogação de prazos de etapas, para adoção das medidas cabíveis;
- h). decidir os casos omissos relativos às especificações, plantas ou quaisquer documentos a que se refiram, direta ou indiretamente, aos serviços contratados.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS

Os serviços serão recebidos na forma a seguir e observando, em especial, os arts. 69, 73 a 76 da Lei nº 8.666/93:

- a) **provisoriamente**, pela Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento do Serviço, mediante TERMO DE RECEBIMENTO PROVISÓRIO,



assinado pelas partes, em até **05 (cinco) dias úteis** da data da comunicação de término dos serviços.

b) **definitivamente**, pela Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento do Serviço, caso não haja mais qualquer impropriedade/irregularidade a ser corrigida, mediante TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO, assinado pelas partes, em até **10 (dez) dias úteis** da data do recebimento provisório.

Parágrafo Primeiro - Durante as análises que precedem ao recebimento provisório, se for detectado pelo fiscal contratado ou pela Comissão qualquer impropriedade/irregularidade explícita nos serviços, o fato deverá ser comunicado formalmente à Contratada a fim de tomar as providências necessárias para o devido ajuste. A Comissão deverá estipular o prazo para os ajustes.

Parágrafo Segundo - A Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento do Serviço só poderá elaborar os termos de recebimento provisório e definitivo de que trata este item, após o fiscal designado pela Administração emitir documento que ateste o respectivo recebimento dos serviços, o qual procederá à conferência de sua conformidade com os projetos, normas e demais documentos legais. A verificação de conformidade dar-se-á no período entre a entrega provisória e a definitiva.

Parágrafo Terceiro - A comunicação do término dos serviços (provisório) e a de seus ajustes (definitivo) deverá ocorrer mediante documento formal da Contratada, entregue diretamente à Comissão de Fiscalização, Acompanhamento e Recebimento do Serviço.

Parágrafo Quarto - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança dos serviços, nem a ética profissional pela perfeita execução do objeto contratado, dentro dos limites estabelecidos por leis e pelo Contrato;

Parágrafo Quinto - Nos termos do artigo 76 da Lei nº 8.666/93, a Administração poderá rejeitar, no todo ou em parte, os serviços objeto deste Contrato executados em desacordo com as cláusulas contratuais e Termo de Referência.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação correrão à conta das dotações consignadas no orçamento, classificados no Programa de Trabalho nº 096903 - Julgamento de Causas na Justiça Federal e Elemento de Despesa nº 3.3.3.9.0.39.17 – Manutenção e Conservação de Máquinas e Equipamentos.



Parágrafo Único - Foi emitida a Nota de Empenho nº, de, no valor de R\$, para atender as despesas oriundas desta contratação.

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO

Pela execução dos serviços, objeto deste instrumento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$

Parágrafo Único - No preço constante do caput desta Cláusula estão incluídas todas as despesas concernentes à execução dos serviços contratados, incluindo fornecimento de todos os equipamentos, materiais, transportes, mão-de-obra, encargos sociais, ferramental, assistência técnica, benefícios, licenças inerentes às especialidades, tributos e tudo o mais necessário à perfeita e completa execução do objeto deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA - DO PAGAMENTO

Os serviços serão pagos em até 15 (quinze) dias úteis a contar do atesto da Nota Fiscal, mediante prévia emissão pela Contratada do documento fiscal/fatura pertinente e obrigatório, observada a validade das certidões negativas de débitos junto ao INSS, FGTS, Receita Federal e Dívida Ativa da União, assim como outras exigências contratuais e legais relativas à conclusão dos serviços, devendo-se proceder no aludido documento o destaque dos valores a serem deduzidos por ocasião de retenção na fonte de tributos, nos termos da legislação em vigor.

Parágrafo Primeiro - O atesto da nota se dará com a constatação do pleno funcionamento do Grupo Gerador, Subestação e USCA, a ser comprovado com a apresentação de laudo informando que foram efetuados todos os procedimentos previstos para a manutenção em tela, além dos imprescindíveis testes de funcionamento, realizados com a simulação de falta de energia da concessionária e através do funcionamento ininterrupto por, no mínimo, uma (01) hora.

Parágrafo Segundo - Caso não seja efetuado o pagamento no período constante na cláusula nona, serão devidos à CONTRATADA, juros de mora de 0,3% (três décimos por cento) ao dia, relativo ao período compreendido entre a data do vencimento do prazo para pagamento até a data de sua efetivação.

Parágrafo Terceiro - Havendo erro no documento de cobrança ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, o pagamento será sustado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras necessárias, não ocorrendo, neste caso, quaisquer ônus para a SJRR.



Parágrafo Quarto - A SJRR deverá deduzir do montante a pagar ou da garantia contratual os valores correspondentes a eventuais multas ou indenizações devidas pela Contratada, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Parágrafo Quinto - A CONTRATADA só poderá emitir o documento fiscal, após a aprovação do Termo de Recebimento Definitivo dos serviços pela Fiscalização da CONTRATANTE. A nota fiscal de serviços será apresentada pela CONTRATADA, em 02 (duas) vias, constando o nome do banco, agência e número da conta, protocolando-a na Seção de Serviços Gerais, no horário de expediente, para liquidação e pagamento da despesa pela CONTRATANTE, mediante ordem bancária creditada em conta corrente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

Nos casos de atraso injustificado assim considerado pela Administração, ou de inexecução parcial ou ainda de inexecução total da obrigação, ficará sujeita, com fundamento no art. 7º da Lei nº 10.520/2002 e nos artigos 86 e 87 da Lei nº 8.666/1993 e sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, às seguintes penalidades:

- a). advertência;
- b). multa;
- c). impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos, na forma do disposto no art. 7º da Lei 10.520/2002;
- d). declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

Parágrafo Primeiro - As penalidades previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” do caput poderão ser aplicadas juntamente com as penalidades de multa previstas nesta cláusula.

Parágrafo Segundo - As penalidades previstas nas alíneas “c” e “d” acima também poderão ser aplicadas à CONTRATADA, caso tenha sofrido condenação definitiva por fraudar recolhimento de tributos, praticar ato ilícito visando frustrar os objetivos da licitação ou demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração;

Parágrafo Terceiro - Caso a empresa vencedora se recuse a anexar proposta de preços nos termos do Edital, a assinar a Ata de Registro de Preços ou Contrato no prazo indicado ou ainda a dar o recebimento no empenho, sem motivo justificado, ficará caracterizado o descumprimento total da obrigação. Em consequência, ser-lhe-á aplicada a multa prevista na alínea “b” do item 1, no percentual de 10% sobre o valor de sua proposta, podendo ser cumulada com a pena prevista na alínea “c” do mesmo item.



Parágrafo Quarto - O atraso injustificado na execução dos serviços objeto desta contratação ou descumprimento de qualquer outro prazo estabelecido no termo de referência ou ainda qualquer outra infração contratual sujeitará a Contratada à multa de 0,33% por dia de atraso, calculado sobre o valor total do contrato ou sobre a parte não entregue/executada, até o limite de 30 (trinta) dias corridos.

a) Após esse prazo, será reconhecida a recusa do fornecedor, podendo a Administração considerar rescindido o contrato e aplicar a multa prevista no parágrafo quinto, sem prejuízo de outras penalidades previstas na lei.

Parágrafo Quinto - A inexecução parcial ou total do objeto desta contratação por parte da Contratada poderá ensejar a rescisão contratual, com cancelamento do saldo de empenho e a aplicação da multa no percentual de 15% (quinze por cento) sobre a parte não entregue/executada ou sobre o valor total contratado, sem prejuízo de outras penalidades previstas na lei.

Parágrafo Sexto - Nas hipóteses em que não esteja fixado previamente o termo inicial ou final para cumprimento de obrigações, o Contratante, mediante hábil notificação, fixará os prazos a serem cumpridos. O descumprimento da obrigação no prazo fixado constituirá em mora a Contratada, hipótese em que estará sujeita à sanção prevista no parágrafo quarto.

Parágrafo Sétimo - A Contratada, quando não puder cumprir os prazos estipulados para o cumprimento das obrigações decorrentes desta contratação, deverá apresentar justificativa por escrito, devidamente comprovada, acompanhada de pedido de prorrogação, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do Contrato; ou que impeça a sua execução, por fato ou ato de terceiro reconhecido pela Administração em documento contemporâneo à sua ocorrência. A entrega até a data-limite de que trata este item não isenta a licitante da multa prevista no parágrafo quarto;

Parágrafo Oitavo - A solicitação de prorrogação, contendo o novo prazo para entrega/execução deverá ser encaminhada ao Contratante até a data do vencimento do prazo de entrega inicialmente estipulado, ficando a critério do Contratante a sua aceitação;

Parágrafo Nono - O pedido de prorrogação extemporâneo ou não justificado na forma disposta nesta cláusula será prontamente indeferido, sujeitando-se a Contratada às sanções previstas neste instrumento.

Parágrafo Décimo - Descumprida a obrigação no prazo fixado, poderá o Contratante, por exclusiva vontade, estabelecer data-limite para seu cumprimento, hipótese que não elidirá a multa moratória prevista no parágrafo quarto.



Parágrafo Décimo - Primeiro - A aplicação de multas, bem como a rescisão deste instrumento não impedem que o Contratante comine ao Fornecedor faltoso as demais sanções previstas na Lei 10.520/2002 (**impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF pelo prazo de até 5 anos**) e na Lei 8.666/93 (**advertência, suspensão temporária ou declaração de inidoneidade**);

Parágrafo Décimo - Segundo - O valor das multas poderá ser deduzido dos créditos porventura existentes em favor da Contratada. No caso de inexistência de créditos, o valor das multas devidas à Contratante deverá ser recolhido ao Tesouro Nacional, por meio de GRU (Guia de Recolhimento da União), no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da data do recebimento da notificação para recolhimento, ou ainda, quando for o caso, cobrados judicialmente (art. 86 da Lei 8.666/1993).

Parágrafo Décimo - Terceiro - Caberá recurso, em relação ao ato que aplicar quaisquer das penalidades previstas neste instrumento, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DA RESCISÃO

A CONTRATANTE se reserva o direito de rescindir, unilateralmente, independente de notificação ou interpelação judicial e extrajudicial, o presente Contrato, na ocorrência de quaisquer das situações previstas na Cláusula anterior, bem como pelos motivos relacionados no art. 78, incisos I a XII e XVII, art. 79, I e art. 80 e seus respectivos incisos e parágrafos, todos da Lei 8.666/93.

Parágrafo Único - Poderá, ainda, ser rescindido o presente Contrato por acordo entre as partes ou judicialmente, nos termos constantes no art. 79, incisos II e III da Lei 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O período de vigência contratual será de a

Parágrafo Único O prazo de vigência poderá ser prorrogado, mediante celebração de Termo Aditivo, na ocorrência das hipóteses previstas no art 57, § 1º, incisos I a VI, da Lei nº 8.666/93, desde que previamente justificado por escrito e autorizado pela autoridade competente para celebrar o contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Contrato será publicado em forma de extrato, no DOU, em conformidade com o disposto no Parágrafo Único do art. 61 da Lei nº 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

Fica eleito pelas partes o Foro Federal do Estado de Roraima para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes do presente contrato, com renúncia de qualquer outro.

E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, de forma eletrônica, para que produza os seus efeitos legais.

Nílton Dall'Agnol
Diretor da SECAD

.....
Sócio-Administrador